

natais, sendo adicionadas a estas, em 2021, as vacinas COVID-19. Essas vacinas são recomendadas e têm uma presença significativa nas diretrizes de assistência pré-natal, visando garantir a saúde e o bem-estar materno-fetal.

Objetivos: Caracterizar o status de imunização de gestantes acompanhadas pelo serviço de pré-natal de alto risco (PNAR) em uma cidade do interior da Bahia.

Métodos: Estudo retrospectivo de corte transversal realizado através da análise de 249 prontuários de pacientes atendidas no PNAR de uma Policlínica Regional de Saúde, entre 2018 e 2020. CAAE:44498221.0.0000.5577. Tabulação realizada no programa Microsoft Excel e análise estatística posterior, pelo Statistical Package for Social Sciences.

Resultados: Sobre a profilaxia do tétano, 40,8% (71/174) das pacientes atualizaram tanto a vacina dT quanto a dTpa, enquanto 53,4% (93/174) realizaram apenas a atualização com a vacina dTpa, pois já haviam completado o esquema dessa vacina nos últimos cinco anos. Por outro lado, 5,7% (10/174) das pacientes não realizaram a atualização vacinal para o tétano. Quanto à profilaxia da Hepatite B, 28,9% (72/183) das pacientes atualizaram seu cartão de vacinação durante o pré-natal, 31% (58/183) não necessitaram de atualização, pois já possuíam comprovação de esquema completo de vacinação ou apresentavam anticorpos para a Hepatite B (Anti-HBs positivo) e 28,9% (53/183) não realizaram a atualização do esquema de vacinação contra a Hepatite B durante o pré-natal. Constatou-se que 79% (143/181) das pacientes atualizaram sua caderneta de imunização com a vacina contra a Influenza durante o pré-natal, 5% (9/181) já haviam realizado a atualização vacinal antes do pré-natal e 16% (29/181) das pacientes não a fizeram durante a gestação.

Conclusão: Esses resultados evidenciam os diferentes índices de adesão às medidas de profilaxia vacinal entre as pacientes acompanhadas durante o pré-natal, fornecendo insights sobre a cobertura vacinal a necessidade de identificar fatores que possam interferir no sucesso do cumprimento do calendário de imunização das gestantes.

Palavras-chave: Assistência Pré-Natal Obstetrícia Calendário vacinal

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103089>

COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE NO BRASIL DE 2023-2022

Karolayne Silva Souza*,
Maria Betânia Melo de Oliveira,
Milena Roberta Freire da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Introdução: A poliomielite é uma doença viral aguda infecciosa e contagiosa ocasionada pelos enterovírus da família Picornaviridae, de modo que, pode ser transmitida por indivíduo a indivíduo e até mesmo através da via oral-fecal. Logo, a poliomielite pode gerar o comprometimento do sistema nervoso central do indivíduo, além de membros inferiores e superiores. É uma doença o qual decorre desde a antiguidade e considerada uma problemática de saúde pública, dos quais,

a vacinação se tornou um dos principais pilares para a redução da morbimortalidade por poliomielite.

Objetivo: Abordar através de uma análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil de 2013-2022.

Métodos: Foi realizado um estudo retrospectivo e quantitativo, com análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite, coletados no TABNET do Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS), no período de 2013-2022. Dessa forma, além dos respectivos dados de cobertura vacinal, foram considerados dados de doses cálculos CV e regiões de imunização.

Resultados: Dentre os anos de 2013-2022 obteve-se uma média de 75,74% de cobertura vacinal de poliomielite no Brasil, obtendo-se uma totalidade de 21.926.119 doses cálculos CV. No que diz respeito as regiões do Brasil, a Região Sul e Sudeste conteve maior quantitativo de cobertura vacinal no mesmo período supracitado, com 79,78% e 79,49%, tendo a região Sudeste obtido 78,18%, Nordeste 73,43% e o Norte com a menor cobertura vacinal com respectivamente 65%. No período observado de 2013-2022 o ano de 2021 conteve menor cobertura vacinal de 60,50% e 2013 com 92,92%.

Conclusão: Conclui-se que a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil está abaixo do esperado, tendo em vista, que se preconiza uma cobertura maior que 95%. Logo, é sugerido que uma das principais causas da variação percentual negativa de cobertura vacinal da poliomielite no Brasil seja ocasionado principalmente pela hesitação vacinal, sobretudo, nos últimos anos e pós COVID-19, o que resultou em maior vulnerabilidade a doenças infecciosas como a poliomielite na população.

Palavras-chave: Imunização Doença Infecciosa Poliomielite

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103090>

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EPÍTOPOS DAS PROTEÍNAS DA VACINA DTP PARA DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS BIOTECNOLÓGICOS

Flávio Rocha da Silva^{a,*}, Paloma Napoleão Pego^a,
Sergian V. Cardozo^b, Larissa R. Gomes^a,
Guilherme C. Lechuga^a, João P.R.S. Carvalho^a,
Salvatore G. De-Simone^a

^a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

^b Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Duque de Caxias, RJ, Brasil

Introdução: Dentre as doenças imunopreveníveis bacterianas estão a difteria, o tétano e a coqueluche, essas doenças mesmo com vacinas disponíveis pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) tem sido motivo de preocupação, destaca-se os movimentos antivacinas e queda na cobertura vacinal. No Brasil, 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose da vacina DTP, que previne contra difteria, tétano e coqueluche, entre 2019 e 2021. Levando assim a preocupação do aumento de casos dessas doenças, como destaque para a coqueluche, bem com a possibilidade da ressurgência da